



NÃO É PRECONCEITO, É? UMA ANÁLISE DE GÊNERO DO DISCURSO DISCENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Renata Pascoti Zuzzi ^{1,2,3}

Tânia Mara Vieira Sampaio ^{4,5}

Jorge Dorfman Knijnik ⁶

¹ Faculdades Integradas Einstein de Limeira - Brasil

² Faculdades Integradas de Itapetininga - Brasil

³ Universidade de São Paulo - Brasil

⁴ Universidade Católica de Brasília - Brasil

⁵ Universidade Metodista de Piracicaba - Brasil

⁶ School of Education at University of Western Sydney - Austrália

Resumo: Esta pesquisa analisou concepções de gênero tatuadas em nossa corporeidade e cultura que permeiam a formação de profissionais da área da Educação Física. Em uma determinada sociedade, os seres humanos vivem uma pluralidade de relações com outros humanos e com o mundo, tais relações refletem imagens estruturadas culturalmente em matrizes de gênero, as quais ditam o que é próprio para a corporeidade identificada em sua anatomia sexual masculina ou feminina. Portanto, realizamos uma pesquisa de campo com os alunos e alunas concluintes do curso de graduação diurno da Universidade Metodista de Piracicaba para saber o discurso dos/as mesmos/as sobre as relações de gênero frente a sua área de atuação. Os resultados da pesquisa trazem lacunas que merecem uma maior atenção e discussão das relações de gênero na formação profissional em Educação Física.

Palavras-chave: Gênero, formação profissional, preconceito

“IS NOT PREJUDICE, IS IT?” AN ANALYSIS OF GENDER IN THE STUDENTS SPEECH OF PROFESSIONAL FORMATION IN PHYSICAL EDUCATION

Abstract: This study analyzed gender conceptions, deeply marked in our corporeity and culture that are always present at the formation of Physical Education professionals. In a determined society, human beings live a plural relationship among other human beings and the world, those relationships reflect culturally structured images in gender matrixes, which ones dictate what is expected for identified corporeity on its male or female sexual anatomy. Therefore, we realized a field research applied to students, man and woman, from the daytime Undergraduate Course of Physical Education from Universidade Metodista de Piracicaba (Methodist University of Piracicaba), to identify their opinion about gender relationships, regarding their activity area. Research data indicate there are some blanks that must be more observed and discussed in gender relationships on professional formation in Physical Education

Key-words: gender, professional formation, prejudice

INTRODUÇÃO

Quando pensamos ou falamos sobre corpo, estamos nos referindo a que corpo? Ao corpo-homem, ao corpo-mulher ou ao corpo-humano? Como são vistos esses corpos dentro de nossa sociedade? Influências históricas, sociais e culturais podem obscurecer a compreensão sobre eles?

Para se chegar a esclarecimentos sobre questões como estas, exige-se a análise do contexto histórico-cultural-social que organiza uma concepção de corporeidade do ser humano em uma complexa teia de relações, como forma de compreender a diferença entre os sexos, suas respectivas construções de gênero e como as mesmas podem ser transformadas em desigualdades, resultando em formas de subordinação, discriminação e exclusão.

Nesse sentido, precisamos compreender a corporeidade interrogando-a e analisando-a pela mediação de gênero, e optamos por assumir a formulação proposta por Scott (1995, p.86), a qual afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

No processo de criar cultura, na teia das relações humanas, as imagens acerca do corpo são estruturadas demarcando contornos próprios de gênero, etnia e classe. Vivemos, sem perceber ou suspeitar, que algumas concepções, expressões e diferenciações de matrizes projetadas de modo fixo, irrefutável e natural, são incorporadas em nossas atitudes e saberes de forma a-crítica, aceitando-as como verdades absolutas e imutáveis. Desse modo, as imagens construídas tornam-se “naturalizadas” e introjetadas, atravessando o tempo e o espaço, consolidando-se historicamente. Pode-se perceber que antes mesmo do nascimento de um ser humano as atribuições de expectativas de gênero começam a ser construídas. Os pais e as mães das crianças criam uma linguagem, um tratamento e atitudes direcionadas para o sexo da criança desde o processo de gestação. As diferenças são estabelecidas para os sexos e muitas vezes a supremacia masculina vai se reproduzindo constantemente. Sampaio (2002, p.93) acrescenta que:

Além de considerar gênero como uma categoria de análise, é importante considerá-lo uma categoria histórica. Pois não há sociedade que não elabore imagens vinculadas ao masculino e ao feminino, e essas construções são datadas e contextualizadas. As ações humanas não são apenas fruto de decisões racionais, mas se estruturam a partir do imaginário social com seus simbolismos que subsistem nas culturas.

Os processos culturais ao definirem matrizes rígidas e fixas para as feminilidade e masculinidades, tomando por base as diferenças anatômicas, identificadas no nascimento, criam a ilusão da existência de apenas dois gêneros, tornando-os algo tão “natural” que impedem que sobre eles haja questionamentos. Diversos procedimentos repetidos no cotidiano evidenciam a construção das matrizes de gênero sobre o sexo anatômico, a exemplo das cores, o cor-de-rosa para as meninas e o azul para os meninos. Ou então, os brinquedos bonecas e panelinhas para as meninas, carrinho e ferramentas para os meninos. O tipo de trabalho, o “pesado” é para homem, o “leve” é para mulher e, comumente, na prática esportiva, futebol e basquete são para os meninos, enquanto ginástica e dança para as meninas. O questionamento de fundo é à perspectiva linear de que a cada sexo corresponde um gênero e isto por uma determinação biológica.

A hierarquização estabelecida entre o que é ser homem e ser mulher não pode tomar por base apenas uma abordagem biológica e fisiológica. As diferenças existentes entre os sexos não podem sustentar discriminações e desigualdades sociais, como se os “órgãos genitais”, entre outros fatores fisiológicos, fossem um meio pelo qual pudéssemos esclarecer os processos

de subordinação e dominação historicamente construídos. O preconceito não se encontra no “corpo anatômico”, mas no “corpo culturalizado”. Gebara (1997, p.13) ressalta que fatores biológicos não são responsáveis pelas assimetrias de poder, ao dizer:

(...) gênero, construção do masculino e do feminino, natureza, cultura, tradição são elaborações históricas e sociais. Não existem essências imutáveis de gênero, sexo, raça, natureza: sua significação é construída pelos grupos humanos. Tudo é misturado à cultura, realidade constitutiva e evolutiva. O dado biológico puro não existe: ele é culturalizado. O dado cultural é marcado por nossa condição biológica.

Na corporeidade, trazemos tatuado um conjunto cultural que é, muitas vezes, transferido para a educação, transformando a sala de aula em um espaço propagador de estereótipos rígidos que padroniza percepções, comportamentos, gestos, ritmos e crenças que internalizam visões limitadas sobre o ser humano. Carvalho (2003, p.66) constata que:

(...) a escola é um espaço privilegiado de construção, reforço e legitimação das identidades de gênero, ao oferecer tanto educação formal quanto informal através de um currículo em ação que se mantém em grande parte oculto na consciência de suas próprias agentes (as professoras). Por isso, entre os fatores de mudança também se deve contar a própria inserção da temática de gênero nas políticas curriculares e, conseqüentemente, na formação docente, foco desta análise.

Desse modo, quem atua na formação de professores e professoras de Educação Física pode estar propagando em suas aulas matrizes de gênero que reforçam desigualdades baseadas nas diferenças entre os sexos. Os conteúdos da Educação Física, como os esportes, as danças, as lutas, as ginásticas, os jogos que já trazem no decorrer de sua história restrições ou aberturas a um ou a outro sexo, podem ser equivocadamente perpetuados se apenas o referencial cultural-biológico for acionado e a este não se fizer a interrogação acerca das construções sociais e históricas que geram tais normativas aos comportamentos.

Baseados, então, nessas considerações iniciais, destacamos a delimitação do problema a ser investigado, que é saber através do discurso dos/as discentes que ingressarão no mercado de trabalho, qual seu entendimento sobre as relações de gênero e as implicações em sua atuação profissional em Educação Física.

OBJETIVOS

Na produção de saberes acadêmicos fomos constatando reproduções dessa realidade de desigualdades e preconceitos em relação ao ser homem e ao ser mulher na Educação Física, que motivaram o desenvolvimento desse trabalho, cujo objetivo é investigar as matrizes de gênero, construídas histórico-culturalmente, introjetadas à corporeidade, verificando quais as suas influências na formação profissional na área da Educação Física, especificamente no Curso de graduação da Universidade Metodista de Piracicaba.

O propósito e delimitação da pesquisa, portanto, constitui-se em: apresentar como as matrizes de gênero estão arraigadas em diferentes esferas do cotidiano das pessoas; examinar a reprodução de estereótipos de gênero tatuados na corporeidade, por meio da cultura, bem como as tentativas de superação e resistência; observar a desigualdade, muitas vezes vivenciada por homens e mulheres em distintos processos relacionais, baseados em concepções biológicas que naturalizam processos de construção cultural.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, realizou-se na Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, na cidade de Piracicaba, São Paulo, especificamente no curso de Educação Física diurno. A pesquisa de campo foi realizada através de um questionário estruturado, construído com perguntas fechadas, para investigarmos qual entendimento que os alunos e as alunas possuem sobre as relações de gênero dentro da realidade profissional da Educação Física e se acreditam na importância dessas discussões dentro da área. (RUDIO, 1997; LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

As questões aplicadas foram: Você se considera uma pessoa preconceituosa em relação aos sexos e/ou racista? Oferecemos as seguintes opções de respostas: (a) sim; (b) não; (c) às vezes. Outra questão era: Qual a sua opinião sobre as aulas de Educação Física separadas por sexo? As respostas oferecidas foram: (a) Concordo plenamente; (b) Discordo plenamente; (c) Concordo; (d) Discordo; (e) Concordo muito; (f) Discordo muito; (g) Não tenho opinião formada. E a última questão: Você acha que trabalhar com turmas mistas (meninos e meninas) pode prejudicar a formação dos/as alunos/as? As opções para responder essa questão foram as seguintes: (a) sim; (b) não; (c) depende de como o/a professor/a conduz a aula; (d) depende de como os/as alunos/as se comportam nas aulas; (e) não tenho opinião formada.

Analisando e interpretando os dados, procuramos identificar pontos de convergência e de divergência entre as respostas dos/das discentes e a produção de conhecimento no que diz respeito às discussões das relações de gênero na Educação Física. (RUDIO, 1997; LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O curso de Educação Física diurno investigado possuía 68 discentes matriculados. Conseguimos um número equivalente a 58 respostas. Desse total de respostas, 33 foram do sexo masculino, o que corresponde a 57% e 25 respostas do sexo feminino, correspondendo a 44% dos entrevistados.

A maioria dos/das discentes entrevistados/das em sua auto-avaliação não se percebem preconceituosos/as (79% masculino; 84% feminino), alguns alunos e alunas, porém, dizem que sentem-se preconceituosos/as em relação ao sexo (12% para ambos), como também tivemos pessoas que preferiram não responder à pergunta (9% masculino; 4% feminino).

Muitas pessoas não se percebem preconceituosas pelo fato de aceitarem de forma incontestável que as diferenças biológicas justificam as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade. Porém, essas pessoas não conseguem discernir gênero de sexo, pensam ser sinônimos. Sampaio (2001, p.4) nos relata que:

O debate acerca do caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo adverte para a compreensão de que a dimensão de sexo não se restringe ao aspecto puramente biológico, mas transita nas construções sociais. Estes dados nos permitem não naturalizar processos de caráter histórico, interpondo-se aqui a categoria Gênero como algo distinto de sexo.

Dessa maneira, o desconhecimento da temática pode fazer com que, em suas práticas pedagógicas, professores e professoras de Educação Física reproduzam e/ou reforcem estereótipos de gênero, seja no âmbito escolar ou não, “as relações de gênero vêm se tornando a cada dia mais uma questão necessária e obrigatória para os que pretendem discutir a educação. Não há como negar a ressonância de tais construções no cotidiano e nas práticas escolares.” (ASSUNÇÃO, 1996, p.5).

Quando perguntamos a opinião dos alunos e alunas sobre as aulas de Educação Física separadas por sexo, muitos/as responderam que "discordam plenamente" (40% masculino; 52% feminino). Contudo, encontramos respostas masculinas "discordando" (24% diurno), outras "discordando muito" (15% diurno), como também "concordando" (9% diurno) e "não tendo uma opinião a respeito" (3%) ou ainda, não respondendo à questão (9% do diurno).

Quanto às mulheres, aquelas que não responderam que "discordavam plenamente", apenas "discordaram" (36%), o restante, alega "não ter uma opinião formada" (8% do diurno) ou não responde à questão (4%). Saraiva (1999, p. 30) comenta que:

A rejeição às aulas mistas é vista a partir da corrente tradicionalista, que concebe a Educação Física (e os estudos do movimento humano) no paradigma tecnicista-higienista do esporte de rendimento e da atividade física como saúde, e que tende a adotar pontos de vista biológicos para explicar a diferenciação física e comportamental de homens e mulheres.

Apesar de muitas mulheres não concordarem com as aulas separadas por sexo algumas dizem que as aulas mistas podem prejudicar a formação dos alunos e alunas (4%), porém esse número ainda é menor em relação às respostas dos homens (9%). A grande maioria de ambos os sexos entende que as aulas mistas não atrapalham a formação dos/as educandos/as (58% masculino; 64% feminino), porém houve um grupo que respondeu que dependendo como o professor ou professora conduz a aula isto pode prejudicar (21% masculino; 28% feminino). Uma minoria masculina diz que depende do comportamento dos/as alunos/as (3%). Encontramos participantes de ambos os sexos que preferiram não responder a questão (9% masculino; 4% feminino).

Percebemos com as respostas das três questões, que ambos (homens e mulheres), apresentam dificuldades em argumentar e refletir sobre as situações implicadas. Notamos algumas respostas contraditórias que reforçam o preconceito de um sexo em relação ao outro. Dessa maneira, mesmo quando acreditamos não ser preconceituosos/as, é importante prestar atenção nas atitudes que parecem corriqueiras, pois são através delas que, às vezes, comportamentos preconceituosos são extravasados. Faria Júnior (1995, p.34) comenta que professores e professoras da área devem estar atentos a qualquer tipo de discriminação sexista em aulas de Educação Física:

O professor, atuando em situações pedagógicas de co-educação, deve redirecionar seu comportamento docente evitando atitudes sexistas, como por exemplo: em escolas públicas, selecionar as meninas por último; escolher apenas meninos para fazer demonstrações; designar apenas alunos para a função de capitão de equipe; dirigir preferencialmente aos meninos atenções de cunho didático (avaliações de desempenho: retificações da aprendizagem; procedimentos incentivadores e orientações táticas).

Desse modo, “os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar” (LOURO, 1997, p. 59).

CONCLUSÃO

A conscientização docente e discente sobre as diferenciações estabelecidas pela sociedade se faz urgente e necessária. Todos fomos influenciados e educados em uma sociedade que priorizou uma compreensão do ser humano com características marcadamente tidas como próprias do gênero masculino, reduzindo-o. A formação profissional, em qualquer das áreas de

conhecimento, não pode ficar à mercê desses conceitos, precisamos de uma educação que resulte em seres humanos críticos, livres de qualquer preconceito ou estereótipos.

Os assuntos sobre igualdade de oportunidades devem ser trabalhados e discutidos na formação pessoal e profissional, com o intuito de promover uma sociedade menos iníqua, pois toda e qualquer educação têm influência significativa na vida da própria pessoa e na vida daquelas que com ela convivem. Para isso é necessário que essas propostas extrapolem o âmbito das discussões acadêmicas e se concretizem nas escolas e na formação de professores e professoras, por meio de uma reflexão crítica das metodologias, da seleção de conteúdos e da bibliografia para que promovam em atitudes de cooperação e igualdade de oportunidades.

Esperamos que os/as docentes da área da Educação Física abram uma janela para dentro de si procurando observar e identificar a reprodução de possíveis estereótipos de gênero nas vivências motoras, priorizando um sexo em detrimento do outro. Docentes e discentes da área devem problematizar os valores absolutos em diversas atividades escolares e não escolares, nos esportes etc, deixando de (re)produzir atitudes que não cooperam para uma equidade de gênero e, conseqüentemente, de etnia e de classe social, evitando privar o ser humano de diversas vivências.

Enfim, que os e as profissionais da Educação Física possam educar-se e educar o ser humano para a vida em toda a sua complexidade que lhe é característica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. **Magistério Primário e Cotidiano Escolar**. Campinas: Autores Associados, 1996.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. O que essa história tem a ver com as relações de gênero? – Problematizando o gênero no currículo e na formação docente. In: CARVALHO, Maria Eulina P. de; PEREIRA, Maria Zuleide da C. (Orgs). **Gênero e Educação: Múltiplas Faces**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.

FARIA JUNIOR, Alfredo G. de. **Futebol, questões de gênero e co-educação. Algumas considerações didáticas sob enfoque multicultural**. Pesquisa de Campo, nº 2, 1995, p. 17-39.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista – Ensaio para repensar o Conhecimento e a Religião**. São Paulo: Olho D'água, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação – Uma Perspectiva Pós Estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 21ª. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Avançar sobre Possibilidades: horizontes de uma reflexão ecoepistêmica para redimensionar o debate sobre os esportes, In: MOREIRA, W.W., e SIMÕES, R. (Orgs) **Esporte como Fator de Qualidade de Vida**. Piracicaba, Unimep, 2002.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Corporeidade um desafio teórico multidisciplinar. In: **Anais do II Congresso Internacional de Motricidade Humana**. 01 a 04 de novembro. Muzambinho: 2001

SARAIVA, Maria do Carmo. **Co-Educação Física e Esportes: Quando a Diferença é Mito**. Ijuí, RS: ed. Unijuí, 1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20 n.2, jul/dez, 1995, p. 71-99.

Contatos

Faculdades Integradas Einstein de Limeira
Fone: (19) 3444-6612
Endereço: Rua Jatobá, 200 - Vila Queiroz - Limeira-SP, CEP: 13485-130
E-mail: rpuzzi@telefonica.com.br

Tramitação

Recebido em: 01/12/07
Aceito em: 13/03/08